

AS MIGRAÇÕES CAMPO-CIDADE: OS DIFERENTES ENFOQUES INTERPRETATIVOS

Msc. Andréa Maria Narciso Rocha de Paula - Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia- UFU- Professora da Universidade Estadual de Montes Claros- UNIMONTES - Pesquisadora e Bolsista da FAPEMIG.
andreapirapora@yahoo.com.br

Dr. João Cleps Júnior - Professor do Instituto de Geografia- Universidade Federal de Uberlândia- UFU- Pesquisador da FAPEMIG.
jcleps@ufu.br

CONSIDERAÇÕES INICIAIS:

“Decido. Pergunto por onde ando. Aceito, bem procedidamente, no devagar de ir longe. Voltar, para fim de ida...Cidade grande, o povo lá é infinito.”
João Guimarães Rosa,(1985,p.21).

Nos últimos anos as migrações campo-cidade continuaram a ocorrer, embora apresentando novas características. Segundo dados do censo demográfico de 2000, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, as pessoas passaram a migrar mais em suas próprias regiões. O sonho das décadas de 60/70 de deixar o campo com destino à cidade grande em busca de uma vida melhor não se realizou e a migração começa a revelar atualmente novos movimentos. A cidade grande já não causa esperança, os sonhos tornaram-se impossíveis de serem realizados e os caminhos e os destinos se multiplicaram em direções às cidades de porte médio localizadas em sua própria região.

Neste trabalho, resultado de uma pesquisa no Norte de Minas Gerais que teve como um dos objetivos estudar o perfil do migrante rural em Montes Claros(cidade pólo da região norte mineira) e suas expectativas em relação ao mercado de trabalho formal, propomos uma reflexão histórica da dinâmica migratória brasileira e apresentamos as discussões sobre o rural e o urbano, consequência da modernização agrícola que redefine os espaços da cidade e do campo, entendidos como espaços subordinados pelas relações de capital. Analisamos ainda as transformações na agricultura que contribuem para modificar as relações de trabalho e os CAIs - Complexos Agroindustriais que concorrem para modificar as relações de produção e a expulsão do homem do campo.

Tendo com referencial metodológico as abordagens polissemicas dos autores da Geografia, Sociologia e Antropologia, procuramos nesta análise entender as tessituras que fazem as redes do migrar no rural e no urbano. As modificações no campo e na cidade que introduzem novas formas de contextualização do campo e da cidade, provocando a mobilidade espacial de milhares de famílias que sem muitas esperanças no campo seguem para a cidade em busca de algo que não sabem aonde encontrar, mas sabendo que não podem aguardar no meio rural. Incessantemente, permanecem chegando e partindo na procura de trabalho, de bico, de alguma forma de sobreviver. Não escolhem ocupações, aceitam qualquer tipo de serviço. O espaço se transforma através da *práxis* dos homens, que são totalmente alienadas ao capital, através da ideologia de uma sociedade urbana, mundializada, tecnicada e ilusoriamente “promissora”.

2- MIGRAÇÕES CAMPO-CIDADE: TECENDO A EXCLUSÃO E ENTRELAÇANDO A DESIGUALDADE

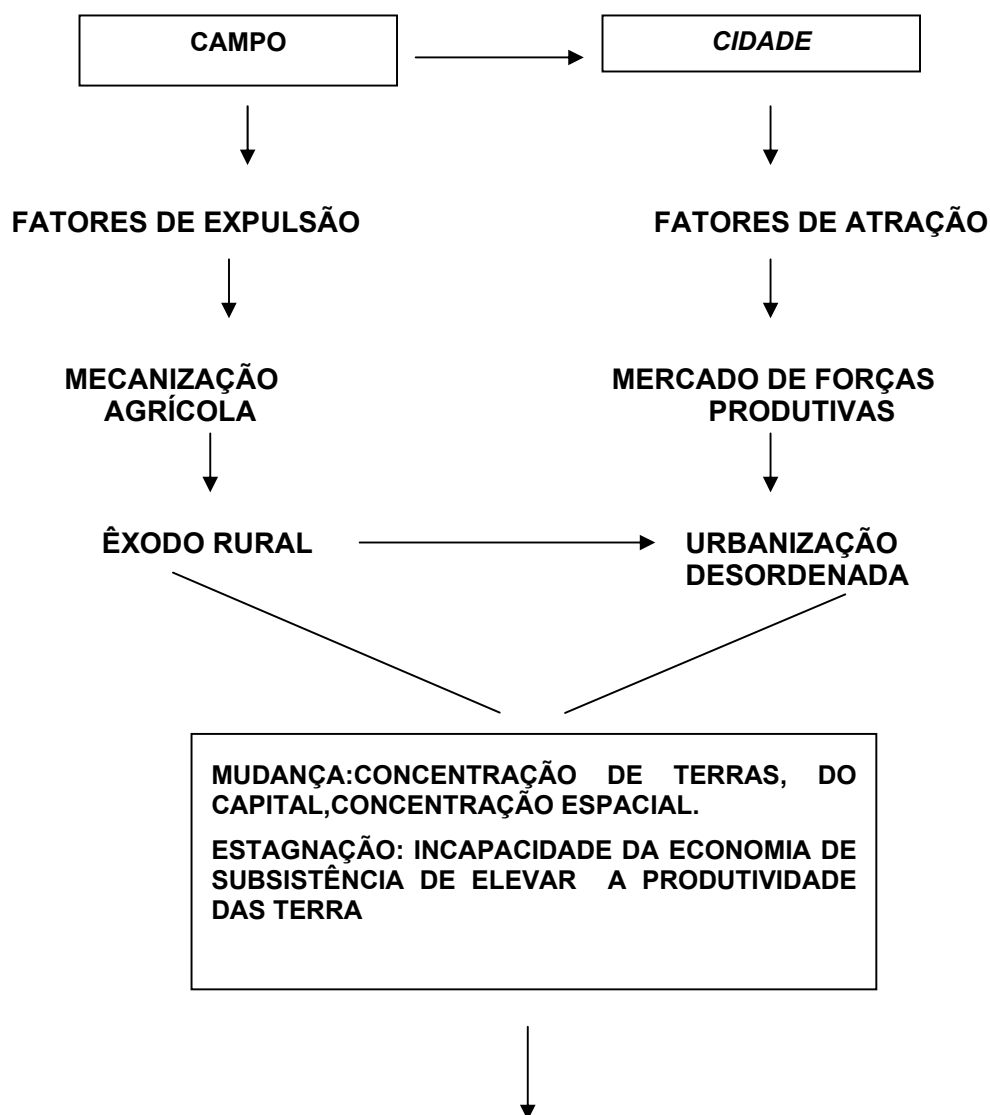
“É preciso pensar no deslocamento social que existe no deslocamento espacial, isto é, pensar nos fatores propriamente sociais, culturais e políticos embutidos ao processo de migração” José Souza Martins,(2002,p.133).

A mobilidade espacial das populações sempre ocorreu ao longo da história humana. O fenômeno migratório analisado por Ravenstein,(1980,p.65), apresentou as “Leis da Migração” considerando a distância, a migração por etapas, fluxos e contrafluxos, tecnologia e motivos econômicos como fatores de atração para as cidades. Essa teoria enfoca sempre o indivíduo, desconsiderando as estruturas históricas do contexto social como fator de migração.

Becker (1997), chama a atenção para a necessidade de entender o processo migratório, através dos enfoques neoclássico e neomarxista. A mobilidade espacial neoclássica caracteriza-se pelos fatores pessoais dos migrantes: o desejo pessoal de migrar, desconsiderando a complexidade social. A mobilidade espacial neomarxista aborda o contexto "histórico-estrutural" considerando o processo social e entendendo a migração como resultante da introdução das relações capitalistas de produção no campo e da expropriação dos trabalhadores rurais. “Fala-se agora da “mobilidade forçada” em oposição à visão neoclássica das migrações como um ato de decisão pessoal. A migração passou a ser entendida como a crescente sujeição do trabalho ao capital.” Becker,(1997,p.334). Os enfoques neoclássico e neomarxista tendem a explicações essencialmente gerais sendo, portanto, necessário o estudo dos níveis microrregionais e locais.

Para Singer (1998), as migrações campo-cidade são caracterizadas através de fatores de expulsão e fatores de atração correlacionados com o modo de produção capitalista que desemprega no campo e cria esperança de trabalho na cidade. Nesta perspectiva, emerge o espaço não mais apenas como lugar de partida e destino ou como superfície de medida entre estes dois pontos. O recorte espacial é o país retomado como um todo. A procura é pelo mercado de trabalho, de mão-de-obra. As idas e vindas não acontecem medidas em Km percorridos, ou em distâncias pequenas, médias e longas. Mas são medidas através da disponibilidade de trabalhos precários, que exigem pouca qualificação, independentemente se perto ou longe dos municípios de origem.

ESQUEMA DO PROCESSO DE MIGRAÇÃO INTERNA



POLÍTICAS PÚBLICAS DESENVOLVIMENTISTAS GERAM MAIS MIGRAÇÕES

FIGURA 1 - Esquema do Processo de Migração Interna
FONTE: SINGER, Paul, 1998, p.29-59-elaboração da autora.

A FIGURA 1, resume a proposta metodológica de Singer para a análise das migrações internas, relacionando o capitalismo e a migração. As migrações campo-cidade são descritas como resultantes da estagnação da agricultura familiar e do avanço do capitalismo no campo, transformando a agricultura em um ramo da indústria. As mudanças nas indústrias diminuíram o número de funcionários nos mais

diversos segmentos, sobrando como alternativa de ocupação os setores de serviços e comércio, que não conseguem absover a mão-de-obra que estava empregada no setor fabril. Os problemas são então enfrentados tanto no campo, como na cidade por aqueles que migram temporariamente ou não em busca do mercado das relações de produção. As várias abordagens enfocam a mobilidade espacial enquanto a busca da mobilidade econômica.

A migração campo-cidade precisa ser entendida como forma de exclusão dos pobres que não encontram possibilidades de sobrevivência no lugar de origem e também não encontram oportunidades no lugar de destino. O lugar de destino que quase sempre é provisório, pois os migrantes são “incentivados” e “empurrados” a continuar nos caminhos, sem saber para onde estão indo. Seguem chegando e partindo, entre ocupações temporárias e mau-remuneradas e onde as condições de trabalho são precárias e informais. Para Martins (2002), a migração é um problema social pela dificuldade da inclusão dos trabalhadores, em função do "estreitamento das possibilidades de ascensão social".

Talvez devamos entendê-las como deslocamentos sociais que se tornam problemáticos para o próprio ser humano quando esses processos ocorrem em sociedades que estão passando por demorado período de estreitamento das oportunidades de vida, como a nossa. (MARTINS, 2002,p.133).

As condições da industrialização e da urbanização brasileira impuseram ao rural à expulsão dos seus moradores através de invasão de terras por parte de fazendeiros, falsificadores de títulos de terra e pela própria transformação das relações de trabalho no campo. O meio rural vem se modernizando e incorporando novas técnicas de produção, o que tem levado inúmeros trabalhadores a se dirigirem para os centros urbanos. Muitos terão as ruas como destino. Para Wanderley (1999) a migração continua a funcionar com duas faces: “esperança e fracasso”. A migração provoca com conseqüências diretas tanto no urbano quanto no rural. O inchamento das cidades, os graves problemas de violência, emprego, moradia, saúde e educação são o espelho da metropolização da pobreza e do esvaziamento da população rural no campo. As relações sociais são hoje determinadas pelas relações de produção e como causa e efeito vemos a representação capitalista acontecer no espaço urbano, o que faz com que milhares de famílias do meio rural procurem nas cidades as trilhas incessantes da busca por trabalho.

3- CIDADE E CAMPO: REDES DE OFÍCIOS ENTRE A ORIGEM E O DESTINO

As modificações no campo e na cidade introduzem novas formas de contextualização do rural e do urbano. Queiroz, observou que o meio rural e o meio urbano possuem diferenças que persistem, mas que estas diversidades acontecem e permanecem em função da organização do trabalho. “(...) não mais devido a sua localização no espaço e a sua forma de habitat, e sim devido às peculiaridades da organização do trabalho. As cidades não se transformam, pois, em sua maioria, persistem como centro de organização do meio rural e não possuem vida própria”, Queiroz (1969,p.6-15).

A reflexão sobre a concepção social de cidade, provoca reflexões diversas onde o espaço da cidade é visto como subordinado ao campo, para Weber (1973), a cidade remete a um local de comércio e inserção do excedente produzido, por meio de um aparato legal e político que controla as atividades produtivas e a circulação das mercadorias.

Carlos (1999), analisa que o espaço da cidade é a materialização das condições gerais do processo de produção, dadas as seguintes características: a segregação espacial; a tendência do espaço urbano de (re) produzir e ampliar a distância entre o local de moradia e o local de trabalho e o espaço urbano se reproduzir na contradição e na luta.

Na contextualização das cidades observamos que o espaço urbano torna-se símbolo da procura da modernidade industrial propagada pela cultura de massa e da busca de melhores condições de vida e que o rural, torna-se “atrasado”, um espaço difícil de viver e “progredir” na vida¹. Portanto no início do século XXI, famílias inteiras de trabalhadores rurais, camponeses e pequenos agricultores continuam “correndo mundo”, buscando fugir da miséria, tentando manter a esperança de algum dia voltar ao campo, a sua região ou ao município de origem. Sonhando com a possibilidade de ascensão social e econômica na cidade, de um jeito ou de outro, chegam e partem ávidos por condições dignas de vida.

A urbanização brasileira transformou grandes centros urbanos com características rurais e também áreas rurais com características urbanas: Pesque-pague e hotéis-fazenda são exemplos de novas atividades não agrícolas no campo. Mendras (1969,p.9), cita que o meio rural se define em função da cidade, sendo necessário distinguir algumas características do meio rural como: submissão ao espaço, confusão de papéis econômicos e sociais, mudança e penetração pela sociedade global.

Tais características do meio rural suscita também a necessidade de entender que no campo e na cidade existe um ambiente natural e um segundo ambiente - o ambiente técnico- onde “(...) o indivíduo se vê encerrado numa rede de técnicas complexas que tendem para a automatização”,(MENDRAS, 1969,p.69).

Ou seja, os conceitos de rural e urbano tendem a ser transformados através da organização do trabalho. A automatização do campo prevê um ambiente técnico não somente na cidade. Graziano da Silva (1999), enfoca a distinção entre o rural e o urbano como uma divisão secundária, ressaltando que hoje a relação passou a ser nos “espaços que dão suporte físico aos fluxos econômicos e sociais”². A industrialização do campo é um processo dialético onde o conhecimento e controle da natureza leva a uma submissão da agricultura pela indústria.

São, portanto dois processos: um de destruição da economia natural, pela retirada progressiva dos vários componentes que asseguravam a “harmonia” da produção assentada na relação homem-natureza (e suas contradições); e o outro, de uma nova síntese, de recomposição de uma outra “harmonia” - também permeada por novas contradições baseadas no conhecimento e no controle cada vez maior da natureza e na possibilidade da reprodução artificial das condições naturais da produção agrícola. A esta passagem se denomina industrialização da agricultura. (GRAZIANO DA SILVA, 1998,p.3).

¹ “Progredir, atraso, moderno”, foram palavras muito utilizadas nos depoimentos dos migrantes para a Pesquisa de Mestrado: A Integração dos migrantes rurais no Mercado de Trabalho em Montes Claros: A esperança de Melhoria de Vida.

² Maiores informações no artigo “As Atividades Rurais não-agrícolas e as Transformações do Espaço Rural: Perspectivas Recentes de Sérgio Schneider. O artigo se constitui em um dos resultados do Projeto Caracterização do Novo Rural Brasileiro- Projeto Rurbano. Projeto temático de equipe coordenado pelo Professor José Graziano da Silva, do Instituto de Economia da UNICAMP. Maiores informações estão disponíveis na home-page :<http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano>.

O capital modifica drasticamente a contextualização do que seja rural e urbano. O ambiente natural e o ambiente técnico são definidores também destas modificações que irão nortear os deslocamentos populacionais rurais para a cidade, em função, principalmente, da organização do trabalho. Um exemplo disto é citado por Andrade (1998,p.312) quando ressalta que a renda média do habitante da cidade é superior à renda do habitante do campo, enfocando que existe uma dominação da cidade sobre o campo. O lugar de produção do capital é visto pelos trabalhadores sempre no meio urbano: é este o lugar procurado para a “melhoria de vida”. A mobilidade social é a grande esperança dos oriundos do campo na procura de um lugar de destino.

Os “antigos tempos”, como caracterizado nos depoimentos dos trabalhadores, na pesquisa realizada no Norte de Minas Gerais são retratados como tempos de fartura, de “boa vida”, de muita terra e de “prato cheio”; o campo era o tempo anterior do passado. A cidade era local para “fazer a feira” e, de vez em quando, para “ir ao médico” ou ver “novidades”. Os espaços rurais e urbanos eram completamente separados, caracterizados e delimitados.

São tempos que não voltam. Hoje a gente vem, sabe onde termina a cidade. A roça acho que nem existe mais. Pelo menos, aquela com gado, comércio, professora. É minha família toda junta, criando galinha, porco, fazendo queijo, plantando roça. Quando a seca vinha, sempre tinha um patrão para empregar a gente como peão. Agora, tudo é máquina. Depoimento de um trabalhador rural, ao preencher o cadastro para emprego no Posto do SINE-Moc.

As atividades de produção no tempo antigo eram caracterizadas como atividades de subsistência e possibilidade de permanência no campo. As relações de trabalho relatadas não se baseavam apenas nas leis de mercado. As ações econômicas dos indivíduos baseavam-se também em trocas entre as famílias, parentes, vizinhos, imbricando valores de cooperação, solidariedade e reciprocidade.

Os dias de hoje, como muitos chamam o presente, são “outros tempos”. De acordo com os depoimentos dos trabalhadores já “não existe nenhuma” possibilidade de permanecer no meio rural. A década de 60 e posteriores até 90, demonstraram grandes investimentos públicos na mecanização do campo, nos projetos de grandes irrigações e reflorestamento, que expulsa as famílias de pequenos produtores, trabalhadores do campo. Os enfrentamentos desta perversa realidade foram vivenciados pelos pequenos agricultores e trabalhadores rurais, através de uma estratégia: a migração sazonal. Os canaviais e cafezais no interior de São Paulo e Triângulo Mineiro e as grandes construções nas metrópoles foram à forma encontrada pelo chefe da família de “buscar dinheiro”, e depois retornar. Tal estratégia pode ser definida como forma de resistência dos trabalhadores e da vontade de permanecer no campo e de permanecer rural.

4- TESSITURAS DO LUGAR: FLUTUAÇÕES NOS TERRITÓRIOS ENTRE ERRÂNCIAS E FICÂNCIAS.

Os anos 90 foram marcados pela integração da economia ao processo de globalização e pela busca da "estabilidade financeira"³. Em decorrência dessa dinâmica, o emprego e a força de trabalho se deslocaram, essencialmente, do setor secundário para o comércio e prestação de serviços (economia informal)..

O homem do campo continuou a migrar para as grandes cidades, configurando uma nova forma de inserção no mercado de trabalho: categorias de empregadores e de empregados transformam-se em "autônomos", embora grande parte dos pequenos negócios não conseguem sobreviver ao primeiro ano de funcionamento. Os trabalhadores, sobrevivem então de "bicos", pequenos serviços informais. O desemprego cresce enormemente nestes anos chamados de "década do ajuste".

Assim, no início do século XXI, o desemprego continua elevando a cada dia o número de pessoas sem teto, sem terra, sem escola e sem comida. São famílias inteiras nas ruas das grandes, médias e até pequenas cidades, "empurradas" por falta de oportunidades e iludidas com falsas perspectivas. A maioria desinstalada geograficamente, moralmente e com fome de comida e de trabalho. Ativamente, ou como vítimas, passam a contribuir para elevar os índices de violência e de prostituição, alimentando outras discriminações sociais.

Pastore, citado por Jannuzzi (2000), chama a atenção para a mobilidade social da migração, citando dois momentos: um primeiro momento nas décadas de 50, 60 e parte de 70, onde houve mobilidade ascendente para os migrantes e um segundo momento, em meados de 70, onde a mobilidade social passa a ficar cada vez mais difícil.

(...) Esses anos dourados passaram, e a realidade atual é bastante diferente. A mobilidade ascendente é mais difícil por três motivos. Em primeiro lugar, porque o ponto de partida é mais alto. Em segundo lugar, porque as oportunidades de trabalho são menores. Em terceiro lugar, porque para uma pessoa subir começa a ser necessário que outra desça, morra ou se aposente. (PASTORE apud JANNUZZI, 2000,p.25).

A migração, que foi incentivada pelo Estado para promover urbanização e industrialização, encontra-se agora "barrada", sendo considerada como grave problema social. "Aqui reside a nossa diferença fundamental do momento em que vivemos hoje: a equação fordista mais investimentos = maior produção = maior nível de emprego já é coisa do passado (...)", (GRAZIANO DA SILVA, 1994,p.26).

Os problemas locais são influenciados pelas decisões globais. Aos pobres, os não-naturais das cidades, restam a tentativa apenas de sobreviver, porque bem-estar é um sonho que vai ficando cada dia mais distante. A globalização econômica, não vem auxiliando na resolução de problemas básicos para maioria da população como alimentação, saúde, habitação e educação.

A alternativa tem sido as políticas sociais compensatórias, sem dúvida necessárias nessa circunstância, por meio das quais se procura atenuar os efeitos danosos do modelo econômico. Elas apenas confirmam e legitimam a exclusão por meio de

³ Milton Santos (1999) chama atenção para três tipos de globalização: a fábula (discurso político, aldeia global); a perversidade (os excluídos, os sem-terra, os sem-teto, etc.) e a possibilidade (construir um mundo melhor, a humanização, a resistência).

benefícios que não constituem legítima apropriação social dos resultados da economia,(MARTINS, 2002,p.14).

A sociedade moderna capitalista criou grandes desencontros entre o social e o econômico. A visão antropocêntrica do homem não conseguiu combater as desigualdades sociais. A crise agrária brasileira, liberando grande número de população rural do campo, causou um aumento do desemprego provocando um desequilíbrio na organização dos espaços sociais tanto nas cidades como no campo.⁴

O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência, (MARX, 1977,p.301).

Os estratos empobrecidos da população não conseguem ter acesso ao mercado de trabalho. Os obstáculos são às próprias políticas públicas do Estado que transforma-se em barreiras sociais. A sociedade se fecha, restringindo as possibilidades de mobilidade sócio-espacial das pessoas:

A produção e a reprodução do capital estão num lugar e a reprodução da força de trabalho está fundamentalmente em outro lugar. A reprodução da força de trabalho está parcialmente separada da produção e reprodução do capital. A reprodução da força de trabalho não corresponde à recriação do capital variável e não se dá, em grande parte, no mesmo processo de trabalho e de valorização em que se reproduz o capital constante e se extrai a mais-valia, (MARTINS,1988,p.55).

Consequentemente, a migração continua a ocorrer em função da reprodução do capital que cada dia mais se dá no “mercado de forças produtivas” na cidade. As atividades vinculadas à agricultura familiar são poucas, impulsionando a saída para o meio urbano como *locus* de produção de oportunidades de trabalho.

A pobreza rural e a miséria de grande parte da população urbana encontram suas raízes novamente no desequilíbrio de propostas públicas que sempre beneficiam pequenos grupos nacionais e multinacionais. Constata-se que o programa de Reforma Agrária, que foi desenvolvido pelo Estado nas últimas décadas, vem sendo executado em função da pressão dos movimentos sociais, mas ainda não foi desvinculado dos interesses dos velhos coronéis da terra, que sempre foram os grandes beneficiários do poder público. O campo se esvazia de famílias de pobres e a cidade se metropoliza de miséria.

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS: Migrar: partir, para ficar.....

“... sertanejo, mire e veja, o sertão é uma espera enorme”(JGROSA,1985,p14.).

O “Estado Mínimo”, tenta viabilizar políticas públicas de emprego, renda e agricultura para manter o homem no campo ou apoiá-lo na cidade. Os “bicos”, pequenos trabalhos, domésticas que trabalham pela comida e moradia e um número grande de bóias-frias que se “escravizam” em fazendas, viajando em condições irregulares de trabalho, levados pelos “gatos” e trabalhadores de carvoarias , continuando

⁴ GRAZIANO DA SILVA (1996) distingue “questão agrária” e “questão agrícola”. Para o autor, a questão agrária está ligada às transformações nas relações de produção, como se produz, de que forma se produz; a questão agrícola diz respeito às mudanças na produção em si mesmas, o que produz e quanto produz.

sendo as cenas e cenários da realidade do migrante rural nos centros urbanos.⁵ O lugar se transforma através da práxis dos homens, que são totalmente alienadas ao capital, através da ideologia de uma sociedade urbana, mundializada, tecnificada e ilusoriamente “promissora”. (...) Severino, retirante, o meu amigo é bem moço, sei que a miséria é mar largo. Não sei como qualquer poço; Mas sei que para cruzá-la, vale bem qualquer esforço (...). (MELLO NETO, 1997,p.506).

O movimento da população é estimulado pela ação de integração do Estado, através da expansão horizontal do capital, a utilização do espaço para o crescimento econômico que não veio acompanhado do desenvolvimento social. Mercados de terra, de mão-de-obra, fazem da população migrante "um exército industrial de reserva, com grande mobilidade, que permite uma permanente renovação da mão-de-obra e a manutenção de baixos salários" (ANDRADE, 1998,p.122).

(...) E andavam para o sul, metidos naquele sonho. Uma cidade grande, cheia de pessoas fortes. Os meninos em escolas, aprendendo coisas difíceis e necessárias. Eles dois velhinhos, acabando-se como Baleia. Que iriam fazer? Retardaram-se, temerosos. Chegariam a uma terra desconhecida e civilizada, ficariam presos nela, (RAMOS, 2000,p.126).

Como os personagens do romance Vidas Secas, hoje muitas famílias de trabalhadores rurais seguem migrando do campo para a cidade. Carregados de sonhos, ansiedades, medos e principalmente esperança de enfim conseguir trabalho. São homens e mulheres do mundo rural que levam na bagagem os “ofícios” do saber rural, das formas artesanais do trabalho no campo. Hoje ao migrarem, muitos fazem a opção de seguirem com toda a família e tentarem “a vida” em cidades de sua própria região. Persistem o sonho da cidade, da modernidade que ajuda a melhorar a vida, através do médico, da escola, de benfeitorias só encontradas na cidade.

E nessa mesma sociedade tecnificada, informatizada e modernizada que vivemos hoje: entre a agilidade e fluidez das pessoas, dos bens, das informações e da tecnologia ao mesmo tempo e no mesmo espaço da lentidão e conformismo das arcaicas e indignas formas de sobrevivência de milhares de famílias entre favelas, periferias e calçadas de pequenas, médias e grandes cidades.

As Migrações campo-cidade persistem, com novas formas e em novos espaços, Mas com as velhas necessidades e os antigos sonhos. Políticas públicas que visam a produtividade, a produção e a rentabilidade da terra e a mercantilização do tempo e espaço não irão rever a miséria do homem rural que quer permanecer rural mesmo quando migra para a cidade. É necessário que as políticas públicas para as populações rurais sejam voltadas para a fixação do homem no campo, através do respeito as tradições, as formas tradicionais de trabalho cooperativo, da melhoria das condições de saúde, de educação e de lazer e a possibilidade de geração de renda no campo.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS:

ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia Econômica**. 12.ed.São Paulo: Atlas,1998.

⁵ O "gato", como é conhecido em diversas regiões, opera como um agenciador de trabalhadores

BECKER, Olga Maria Schild. Mobilidade Espacial da População: Conceitos, Tipologia, Contextos. In: CORREA, Roberto Lobato et al. **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro: 1997. p.319-367.

CARLOS, Ana Fani Alessandri (org). **Novos Caminhos da Geografia**, São Paulo:Contexto,1999.

FJP- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO/IPEA., **Migrações em Minas Gerais**. Um Panorama do seu Comportamento nas Últimas Décadas. Belo Horizonte.2002. Informe especial-Demografia-29p.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Migração e Mobilidade Social**: migrantes no Mercado de Trabalho Paulista.Campinas;Unicamp,2000.

MARTINS, José Souza, **O Cativo da Terra**.7ªed. São Paulo:Hucitec,1998.

_____,**A Sociedade Vista do Abismo**: Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais.Petrópolis:Vozes,2002.

MARX, Karl. **Prefácio à Contribuição para a Crítica da Economia Política**.Lisboa:Estampa,1977.

MENDRAS, Henri. A Cidade e o Campo. In: QUEIROZ, Maria Izaura.P(org.) **Sociologia Rural**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.p-33-76.

MELLO NETO, João Cabral. **Serial e Antes**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

PAULA, Andréa Maria Narciso Rocha de. **Integração dos Migrantes Rurais no mercado de trabalho em Montes Claros, Norte de Minas Gerais**: “A Esperança de Melhoria de Vida”.2003.159 f. Dissertação(dissertação de Mestrado)- Instituto de Geografia- Universidade Federal de Uberlândia-Uberlândia/Minas Gerais.

QUEIROZ, Maria Izaura. P(org.) **Sociologia Rural**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas**. São Paulo: Record,2000.

RAVENSTEIN, E. G. As Leis da Migração, In: **Migrações Internas no Brasil**, Fortaleza: BNB/UFC, 1980.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: Veredas**. 33 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira,1986.

_____.**Tutaméia**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira,1988.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: espaço e tempo, razão e emoção**. 3. Ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**. 14 ed. São Paulo: Contexto,1998

SILVA, José Graziano. **A nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**. Campinas: UNICAMP,1998.

_____.**O que é Questão Agrária**. 18ªed.São Paulo: Brasiliense,1994.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro In: TEDESCO, João Carlos(org).2 ed. **Agricultura Familiar**: Realidades e Perspectivas. Passo Fundo: Ediupe,1999. Cap.1.

WEBER, Max. Conceito e Categorias de Cidade. In: VELHO, Otávio Guilherme. **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Zahar,1973.